



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	11123/2023
Data do Início	30/05/2023
Folha	
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO N° 9068/2023, Pregão Presencial 04/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de prevenção e combate a incêndio, atendimento emergencial de primeiros socorros por meio de brigada de incêndio constituída de Bombeiros Civil, insumos indispensáveis para a execução do serviço, e disponibilização de veículos, visando atender as demandas existentes nas dependências e edificações públicas da Prefeitura de Maricá.

À Procuradoria Geral do Município,

A empresa **FOCUS RESGATE CENTRO DE TREINAMENTO EIRELI**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante questiona:

- i. Retificação do edital licitatório tendo como parâmetro a nova Convenção coletiva de trabalho.
- ii. Para que seja marcada uma nova data para a realização do certame licitatório, com os valores revistos de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho em vigor.

III – DO MÉRITO

Na presente impugnação, a Impugnante requer que seja retificado o edital considerando a nova Convenção Trabalhista para a categoria que teve os salários reajustados para o período 2022/2024.

No entanto, é preciso observar que o Processo em questão foi elaborado de acordo com o orçamento na Convenção Coletiva do Trabalho do ano anterior, vigente em 2020/2021, utilizada como parâmetro. Sendo assim, o Licitante vencedor deverá solicitar a repactuação no momento da assinatura do contrato.

Cabe esclarecer, que a repactuação de preços, é como espécie de reajuste contratual, a repactuação deverá ser sempre solicitada quando houver variação do salário normativo da categoria, independente do interregno de um ano das datas dos orçamentos para os quais a propostas se referir, uma vez que a mesma segue a data-base contida nos acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

Note-se que a repactuação de preços estabelecida no item 18, do subitem 18.4.1, alínea “h”, do Edital do Pregão Presencial n.º 04/2023, foi redigida com embasamento na redação da Instrução Normativa n.º 05/2017, a qual dispõe o seguinte:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

“18. DO PAGAMENTO (Art. 40, XIV, Lei n.º 8.666/93)
18.4.1 Os eventuais reajustes, após o prazo citado,
observarão ainda:

h) As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação. “

Não obstante o ponto atacado na presente impugnação seja de cunho técnico, é de bom tom que seja analisada as razões, uma vez que a peça apresenta questão de aparente relevância.

IV – DA CONCLUSÃO

Diante dos fatos apontados, esta especializada opina pelo INDEFERIMENTO da presente impugnação, sendo submetido a Douta Procuradoria Geral do Município para a sua análise e após, para a Secretaria Requisitante certificar-se a esse respeito, bem como, caso entenda necessário, adequar o Termo de Referência afim que a licitação alcance a melhor proposta e não fira a competitividade do certame.

Em 31/05/2023

Pâmela Conceição Lopes Panasco
Matr. 112.355

De acordo

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira